



Recebido em:
04/07/2017
Aprovado em:
05/07/2017
Editor Respo.: Veleida
Anahi
Bernard Charlort
Método de Avaliação:
Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

O COTIDIANO DO DEFICIENTE FÍSICO NA UFS

ANTÔNIO CARLOS NOGUEIRA SANTOS
VERÔNICA DOS REIS MARIANO SOUZA

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

RESUMO

Almejamos conscientizar e sensibilizar toda comunidade acadêmica para que reflitam sobre os direitos destes indivíduos nesta Instituição de Ensino Superior. Realizamos a análise e interpretação do discurso dos participantes e demais fontes deste estudo com o objetivo de verificar como se estabelece a acessibilidade pedagógica da pessoa com deficiência física na UFS. Por se tratar de uma análise qualitativa, fomos cautelosos com as características ausentes das mensagens, além do cuidado com a rigorosidade científica. Para análise e interpretação dessas informações, seguimos a ordem das questões investigadas em questionário aplicados aos funcionários e alunos envolvidos com o processo de inclusão na instituição, enfatizando a objetividade, a sistematização e a inferência, com o objetivo de identificar as condições de acessibilidade pedagógica da instituição e também a utilização de tecnologias.

Palavra-chaves: Deficiência Física; Ensino Superior; Acessibilidade Pedagógica

ABSTRACT

We aim to raise awareness and sensitize every academic community to reflect on the rights of these individuals in this Institution of Higher Education. We performed the analysis and interpretation of the discourse of participants and other sources of this study with the purpose of verifying how to establish the pedagogical accessibility of the person with physical disability in UFS. Because it is a qualitative analysis, we were wary of the absent characteristics of the messages, as well as being careful of scientific rigor. For analysis and interpretation of this information, we followed the order of the questions investigated in questionnaire applied to the employees and students involved with the process of inclusion in the institution, emphasizing objectivity, systematization and inference, with the objective of identifying the pedagogical accessibility conditions of the institution and also the use of technologies.

Key words: Physical Disability; Higher education; Pedagogical Accessibility

INTRODUÇÃO

“Favorecer a igualdade entre os seres humanos em prol de uma sociedade mais justa e democrática, por um lado, respeitando o ritmo e, ao mesmo tempo, estimulando os processos de depuração idiossincrática da cultura na radical individualidade de cada sujeito no curso de seu desenvolvimento, interagindo com a educação formal e informal”.

José Gimeno Sacristám

Para este estudo nos concentramos na pessoa do deficiente físico, que ingressou na instituição de ensino superior em Sergipe, pois a partir de um estudo prévio, percebemos que esta categoria de deficiência foi a que alcançou maior quantidade de aprovações nas cotas e hoje é a maioria nesta instituição.

De início vamos procurar esclarecer alguns pontos relevantes da deficiência que se fazem importante neste momento, mas o mais importante, é que esta deficiência na maioria das vezes não determina nenhuma perda cognitiva, sendo o seu ponto principal de inclusão a acessibilidade vista de todas as formas, como poderemos perceber ao longo do estudo.

[...] me perguntaram uma vez, se a capacidade do deficiente físico é menor do que o outro: não, não é, o que acontece, o que diferencia é a adaptação[...] (SANTOS, 2012, Pg 51, grifo nosso).

E o segundo ponto de acordo com o decreto n° 3.298 de 1999 da Legislação Brasileira a deficiência física possui a característica de ser bastante diversificada, que nos mostra várias possibilidades de classificação e características desta deficiência.

No entanto, é preciso que a legislação sobre acessibilidade da pessoa com deficiência no ambiente universitário seja mais respeitada, e o atendimento das especificidades de cada tipo de deficiência sejam implementadas tanto por instituições públicas como por instituições privadas, aqui o MEC deve estar acompanhando não apenas a autorização, mas o funcionamento das instituições (MIRANDA; ROCHA, 2009, p. 31).

De acordo com o questionário aplicado aos alunos com deficiência física matriculados na UFS, todos sem exceção apresentam algum tipo de deficiência física, e foi verificado que dos quatorze (14) alunos investigados nesta pesquisa, somente dois (02), possuem a mesma deficiência física, os alunos 08 e 09, como nos mostra o quadro a seguir.

QUADRO 1 - Alunos com deficiência matriculados na UFS

N°	ALUNO	DEFICIÊNCIA	TIPO
01	Aluno 01	Lesão medular	Cadeirante adquirido
02	Aluno 02	Poliomielite (membro inferior esquerdo)	Monoplegia adquirida
03	Aluno 03	Membros superiores	Diplegia congênita
04	Aluno 04	Lado esquerdo	Hemiplegia
05	Aluno 05	Membro superior direito	Monoplegia adquirida
06	Aluno 06	(acidente de moto) A.V.C. que deixou sequela do lado direito	Hemiparesia
07	Aluno 07	Pés e coluna	Diparesia
08	Aluno 08	Encurtamento de 0,88 cm do membro inferior esquerda	Monoplegia congênita
09	Aluno 09	Encurtamento do membro	Monoplegia congênita

10	Aluno 10	inferior direito Má formação do membro inferior esquerdo	Paralisia cerebral
11	Aluno 11	Imobilidade do joelho direito	Monoparesia adquirida
12	Aluno 12	Inflamação na medula	Paraparesia
13	Aluno 13	Doença degenerativa	Má formação da coluna vertebral
14	Aluno 14	Lesão medular	Cadeirante adquirido

Fonte: Dados da pesquisa.

É importante frisar que essas deficiências têm todas as questões cognitivas preservadas, elas acarretam déficit de ordem motora, atribuídas ao Sistema Nervoso Central e a integração da função motora, que causam desordem de equilíbrio e movimentos básicos, como sentar-se, ficar sentado, levantar-se, ficar de pé e andar.

O papel primário do Sistema Nervoso é coordenar e controlar a maior parte das funções de nosso corpo. Para fazer isso, o Sistema Nervoso recebe milhares de informações dos diferentes órgãos sensoriais e, a seguir, integra todas elas, para depois determinar a resposta a ser executada pelo corpo. Essa resposta será expressa pelo comportamento motor, atividade mental, fala, sono, busca por alimento, regulação do equilíbrio interno do corpo, entre outros (SCHIMER *et al.* 2007, p. 15).

Outro ponto relevante é que cada deficiência física, possui uma especificidade em relação à perda motora e também a determinada postura, que deve ser observada, principalmente em sala de aula, para que a pessoa não tenha prejuízos no seu desenvolvimento escolar, por exemplo, o cadeirante, este deve ser observado com toda atenção, pois várias horas sentadas na mesma posição podem acarretar muito desconforto, além de ocasionar o surgimento de escaras, que dificultam o aprendizado do aluno.

E eu tive que fazer a disciplina de novo e foi muito ruim, porque eu tive que fazer à tarde, aí isso influenciou no meu horário de fisioterapia e nas matérias que eu pego a noite, porque, pelo médico, pela prescrição médica, não era pra eu ficar muito tempo sentado na cadeira de rodas, e isso pode atrapalhar a circulação das minhas pernas e eu ficar machucado, e então eu tive que passar, ficar de 5 horas da tarde até 11 horas da noite na Universidade [...]. Às vezes a cadeira de roda também incomodava, por ficar uma aula inteira sentado nela, mas não tem outra alternativa, sabe! (SANTOS, 2012, Pg 53, grifo nosso).

Imagine como um indivíduo pode se interessar por um tema apresentado pelo professor em sala de aula, se ele começa a sentir desconforto e dor como relatado pelo aluno entrevistado, e nas maiorias das vezes, o professor que ministra a disciplina não percebe tal fato, mesmo porque o aluno faz o possível para não demonstrar tal desconforto, o que só será descoberto pelo professor na hora dos resultados das avaliações.

Foi verificado que as cadeiras das Didáticas são confortáveis, possuem um forro macio, mas para exemplificar, podemos citar que uma das alunas com deficiência, necessita de uma cadeira diferente, mais confortável ainda, com um assento ainda maior e um encosto mais alto, se isso acontecesse com certeza ela iria ter um aproveitamento melhor na aula.

[...] nem todas as salas tem cadeiras acolchoadas, aí então eu procuro uma cadeira que mesmo que não seja acolchoada, que tenha o encosto da cadeira mais alto, porque aí eu

posso escorar a minha coluna pra doer menos. (SANTOS, 2012, Pg 54, grifo nosso).

Geralmente o aluno que possui alguma deficiência, faz de tudo para não incomodar, ele quer mostrar que é independente, mas numa situação como a descrita, ele realmente irá precisar de alguma ajuda, neste caso o professor deve recorrer aos recursos das Tecnologias Assistivas, que poderiam ser criadas com o apoio de um centro de atendimento especializado, disponibilizado pela Instituição.

Acho que sim, porque pra mim tudo é difícil, ficar lá na cadeira é cansativo, é mais pelo cansaço de ficar sentado, mas maiores dificuldades... porque eu faço o mesmo que os outros (SANTOS, 2012, Pg 55, grifo nosso).

Com certeza, a maioria dos professores nem faz ideia de como ajudar o aluno com deficiência física, em relação à postura e ao ato de permanecer sentado, e se ele quiser não precisa ter esse conhecimento, mas ele deve neste momento ter um apoio maior da instituição, que deve disponibilizar um centro de atendimento ao aluno com deficiência, pois é no centro que ele vai encontrar a melhor solução para cada caso.

[...] e ficar muito tempo em pé, também, assim se eu ficar muito tempo sentada eu tenho algumas dores na coluna que foram causadas por essa deficiência (SANTOS, 2012, Pg 55, grifo nosso).

Em relação à postura do aluno em sala de aula, o ideal é que o professor esteja atento, principalmente quando ele detecta que o aluno possui algum tipo de deficiência física, e no caso deste aluno estar com baixo rendimento, um dos motivos pode ser quanto ao desconforto no sentar, em sala de aula. De todos os alunos com deficiência física entrevistados, 57% relataram alguma dificuldade em permanecer muito tempo sentado na cadeira, é bom salientar que dos restantes, 33,3% somente possuem deficiência nos membros superiores.

Estas questões poderiam ser facilmente resolvidas com a utilização de Tecnologias Assistivas, como almofadas, coletes, espadeiras, cintos ou até com a inclinação do módulo postural, o professor não precisa conhecer estes recursos, mas ele deve ter sensibilidade e preocupação com o rendimento de seu aluno, para perceber a dificuldade encontrada pelo mesmo e recorrer à ajuda de um centro de apoio ao aluno com deficiência, que deve existir na instituição que promove a inclusão.

Postura e equilíbrio são à base da atividade motora, que por sua vez é a plataforma onde se apóiam os processos de aprendizagem. Não somos capazes de explorar o meio, mantendo atenção em tempo prolongado e interferindo nele em processo criativo, se não forem resolvidas as questões fundamentais de alinhamento e estabilidade postural (SCHIMER *et al.*, 2007, p. 111).

Outra necessidade da pessoa com deficiência física é a utilização de Tecnologia Assistiva, para a equalização das atividades escolares, estes serviços, ou recursos irão facilitar o desenvolvimento pedagógico do indivíduo, questões que serão discutidas posteriormente.

AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA PROFESSOR JOSÉ ALOÍSIO DE CAMPOS, INCLUINDO A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS

Nosso objetivo agora é analisar as condições de acessibilidade pedagógica do aluno com deficiência física na Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos e para tanto, iremos utilizar questionários, além dos artefatos físicos, das documentações e das observações diretas, para elucidar as questões referentes à acessibilidade pedagógica instituída nesta Instituição.

Neste texto, já discorreremos sobre a diversidade da deficiência física, existem várias possibilidades de limitações decorrentes da deficiência, e o mais importante é entender que a deficiência física, na maioria das vezes, não ocasiona perda cognitiva.

Outro ponto muito importante a se destacar, é que o professor que possui um aluno com deficiência física, deve compreender a limitação proveniente da deficiência e saber investir no potencial dele, para tentar solucionar os problemas de ordem pedagógica e ajudá-lo, para que ocorra a plena participação do discente nas ações das rotinas escolares, e para que isso ocorra, o essencial é que o professor fique atento e avalie sempre o nível de participação de seu aluno.

Por exemplo, na Ages, quando eu comecei mesmo a minha vida estudantil desde o início, lá desde cedo os professores me ajudavam, principalmente me ajudavam no sentido de eu me sentir auto-suficiente, mas não auto-suficiente de eu não precisar de ninguém, era no sentido mesmo de eu auto ajudar, tentar no caso de eu ser mais independente [...] (SANTOS, 2012, Pg 115, grifo nosso).

Para que a participação do discente seja plena, o professor deve saber identificar as necessidades pedagógicas, para que no ambiente escolar sejam desenvolvidas os recursos e as estratégias favoráveis ao desenvolvimento acadêmico do aluno, ampliando e qualificando toda forma de relacionamento entre o grupo, para que se promova o acesso ao conhecimento proposto pela disciplina.

Na disciplina Fundamentos da Educação Inclusiva, os alunos criaram vários materiais que podemos identificar como um exemplo de Tecnologia Assistiva. Nela a discente vivenciou em uma escola, as necessidades de um aluno com paralisia cerebral. Ela percebeu que nas atividades com o computador esse aluno, não possuía coordenação motora fina suficiente para digitar nas teclas, diante disto ela criou uma munhequeira com um suporte fino, de tal forma que ele agora consegue participar das atividades de forma plena.

Na Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos existem hoje mais de cem cursos ofertados na graduação e cada um destes com uma grade extensa de disciplinas, de tal forma que cada disciplina possui a sua especificidade, que acarretará uma necessidade pedagógica, o professor deve entender essa especificidade e com isso ter condições de identificar as estratégias favoráveis ao crescimento pedagógico de seu aluno com deficiência.

Para o deficiente físico, a Tecnologia Assistiva é um recurso ou serviço que irá eliminar as barreiras pedagógicas, permitindo-lhes o acesso as atividades escolares em igualdade de condições aos demais discentes e na maioria das vezes, nem o professor nem o aluno tem conhecimentos sobre esse tipo de tecnologia.

Um aluno ao ser questionado nas entrevistas, sobre a necessidade da utilização de uma Tecnologia Assistiva em suas atividades escolares, nos mostra uma total incerteza sobre a utilização desses recursos, o mesmo ainda relata não ter muita ajuda de seus professores no seu curso. Devido à deficiência dele se encontrar no membro inferior, sua limitação ocorre na locomoção.

Os professores quando chegam à coisa já está feita (SANTOS, 2012, Pg 117, grifo nosso).

Solicitamos a ele a indicação de um professor para entrevistarmos, o mesmo nos relatou que não se lembrava do nome de nenhum dos professores.

Para que o educando com deficiência física possa acessar ao conhecimento escolar e interagir com o ambiente ao qual ele frequenta, faz-se necessário criar as condições adequadas à sua locomoção, comunicação, conforto e segurança (SCHIMER *et al.*, 2007, p. 27).

E de certo, todo professor que toma conhecimento desta tecnologia, acaba desenvolvendo recursos para todos os

seus discentes, de tal forma que todos os alunos gostam e se desafiam diante desses materiais, tornando as aulas mais atraentes e significativas, e assim, todos acabam se beneficiando.

Se esses alunos tivessem acesso aos recursos tecnológicos que estão disponíveis na sociedade teriam, com certeza, uma melhor qualidade de seu processo de aprendizagem e consequente inclusão no meio acadêmico em que circulam. Nessa perspectiva, algumas tecnologias assistivas favorecem o atendimento educacional dos acadêmicos com deficiência na Universidade (MIRANDA; ROCHA, 2009, p. 36).

As Tecnologias Assistivas podem favorecer o desenvolvimento acadêmico da pessoa com deficiência na Universidade, equiparando-os aos seus pares.

Nas entrevistas realizadas, percebemos que de todos os discentes entrevistados 14%, não conhecem as possibilidades das Tecnologias Assistivas e 35% não precisaram no ensino médio porque a deficiência os acometeu após a esta época.

Não, é porque eu terminei o meu segundo grau em 2006 e o A.V.C. eu tive em 2008, aí eu não tive problema com isso (SANTOS, 2012, Pg 118, grifo nosso).

E 64% dos alunos entrevistados, possuem limitações de ordem motora a nível de membros inferiores, ou a partir do lado esquerdo do corpo, o que não os impedem de manusear os artefatos de ordem pedagógica, acarretando somente déficit de equilíbrio e postura, portanto estes alunos até a presente data, não precisaram de Tecnologias Assistivas nas escolas.

Eu não precisava. No caso da Educação Física eu fui liberado, porque eu perco o equilíbrio, andando mesmo, tem horas que seu estou andando escorrego e caio (SANTOS, 2012, Pg 119, grifo nosso).

Já os professores conhecem as possibilidades das Tecnologias Assistivas, mas quando se deparam com estes alunos, preferem na maioria das vezes utilizar da compreensão e paciência.

Mas a gente sente essa necessidade, eu estou tentando criar algum trabalho no sentido de projeto de extensão, pra dar suporte ao deficiente visual, seria o cão guia, né! Eu pretendo criar uma situação desse tipo (SANTOS, 2012, Pg 119, grifo nosso).

As Tecnologias Assistivas auxiliam as pessoas com deficiência em vários sentidos, seja na alimentação, locomoção, no vestuário, nas atividades pedagógicas, no caso da pessoa cega o cão guia os auxilia a circular em ambientes extremamente complexos, e pode ser considerada uma Tecnologia Assistiva de alto custo.

Não! Utilizei muita compreensão, paciência, mudar a forma de trabalhar a aula, de uma forma muito mais lenta, falando devagar, de forma que ela pudesse compreender, porque ela escrevia em Braille, então não tive nenhuma tecnologia, nada! A não ser a minha compreensão, enquanto necessidade do ser humano e trabalhar com ela de forma mais individualizada, as vezes repetindo, ficando com ela até um pouco mais tarde depois da aula concluída, então foi isso, mas não usei nenhuma tecnologia não! (SANTOS, 2012, Pg 119, grifo nosso).

Na verdade todo professor deve ter muita paciência com as suas turmas, mas as Tecnologias Assistivas, podem oferecer aulas mais eficientes a todos, e o mais importante sem beneficiar a uns ou prejudicar a outros.

A inclusão social como fator fundamental para equidade e desenvolvimento da sociedade brasileira, hoje, requer que os educadores estejam, permanentemente, informados sobre os processos educacionais e necessidades especiais das pessoas com deficiência e das possibilidades das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) (MIRANDA; ROCHA, 2009, p. 27).

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”.

A cada dia que passa o professor na sua aula de aula, vai se deparar com o desafio de se trabalhar com a diversidade humana, isto é inevitável, um caminho sem volta, e as Tecnologias Assistivas irão facilitar os professores em sala de aula.

A Instituição, que através das cotas estimula o ingresso da pessoa com deficiência em seu ambiente acadêmico, deve refletir sobre estas possibilidades, proporcionando ao docente e ao discente, condições e apoio, para a realização desses recursos e serviços.

Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 2008, p. 11)

O Governo Federal, através do Programa Incluir, investiu na criação de Centros de Apoio a Pessoa com Deficiência dentro das Instituição Federal de Ensino Superior em todo o país e nestes centros o professor deve encontrar pessoal especializado e parceiros que ofereçam toda forma de ajuda na criação desses recursos e serviços.

Com certeza esse seria um instrumento/ferramenta para se fortalecer a cultura inclusiva melhorando assim as relações de convivência entre os diferentes. Tudo que possa aproximar e auxiliar o acesso dessas pessoas ao ambiente universitário é interessante para a aculturação de hábitos inclusivos (SANTOS, 2012, Pg 120, grifo nosso).

Todos os professores entrevistados foram unânimes em afirmar a importância da criação de um Centro de Apoio ao Deficiente na Instituição, inclusive afirmando se tornaria efetiva a inclusão do aluno.

Eu acho importantíssimo, que isso se realmente se efetivasse seria muito bom, quanto mais coisa a gente puder fazer, efetivamente, com qualidade, eu apoio! Agora fazer de conta não (SANTOS, 2012, Pg 121, grifo nosso).

As questões que envolvem as rotinas acadêmicas na sala de aula em uma Universidade são as mais diversas possíveis, podemos imaginar que a depender de cada curso de graduação, existem vários fatores a ser considerados, como por exemplo, o curso de Geologia, que além das aulas nas salas de aula comum, exigem também as aulas práticas que são realizadas no campo, e neste momento o discente irá lidar com a especificidade deste curso.

Rapaz, aqui dentro da Universidade não, agora assim, nas aulas de campo, como eu não posso ficar escrevendo e acompanhando, aí eu levo, uma filmadora, um gravador e auxílio de colega mesmo né, que anota alguma coisa e depois me passa, e todo esse suporte é por conta própria, e assim no primeiro campo, eu tive uma dificuldade maior, e eu já fui sanando algumas coisas e então no segundo eu já fui mais tranquilo, e assim a medida que vai acontecendo eu vou procurando uma saída pra mim né. pra facilitar a minha vida

no caso (SANTOS, 2012, Pg 121, grifo nosso).

No caso de um aluno que faz o curso de Geologia, como ele próprio relata, necessita de equipamentos de alta tecnologia, que neste momento funciona para ele como um recurso que irá lhe favorecer o desenvolvimento acadêmico, neste momento este recurso funcionará para ele como uma Tecnologia Assistiva.

Foi perguntado aos professores da instituição, sobre a formação específica para o trabalho com a pessoa que possui deficiência e nenhum dos professores entrevistados possui esse tipo de formação para trabalhar com a pessoa deficiente.

A minha formação é bastante antiga. E mais recentemente com o advento dos incentivos e das preocupações com as pessoas com deficiência. Sempre tentei fazer alguns estudos mas individualizados, nunca buscando os órgãos oficiais de oferta de cursos pra atender pessoas com deficiência (SANTOS, 2012, Pg 121, grifo nosso).

Geralmente, o que acontece é que o professor que ministra aula na Universidade Federal se especializa na sua disciplina, faz o doutorado e investe em pesquisas e quase não tem tempo para buscar outras especializações, na verdade, a criação de um Centro de Apoio, juntamente com as leis, pode ajudar para que o professor trabalhe com a diversidade humana.

Pensando nessas questões, toda Instituição de Ensino Superior deve ter o maior cuidado ao instituir as cotas para as pessoas com deficiência física, pois estas ações afirmativas irão ampliar as possibilidades de acesso desses alunos em vários cursos, mas as questões pedagógicas e culturais irão influenciar a permanência do aluno no curso e então, as ações afirmativas, que surgem decisivamente para corrigir um desequilíbrio recorrente, podem ter um resultado diferente do esperado e causar um transtorno enorme na vida da pessoa com deficiência, apenas pela frustração de não conseguir realizar o seu sonho de se tornar um profissional.

Segundo o coordenador do programa de ações afirmativas da UFS, após a avaliação do programa no final de 2011, concluiu que o grupo que apresenta maiores distâncias em relação à média geral é o grupo das cotas D, este grupo é o das pessoas com deficiência, ele ainda afirma que isto pode estar relacionado a adaptação necessária a Universidade e as necessidades especiais do grupo.

Podemos primeiro observar que para se adaptar a Universidade, primeiro estes alunos como qualquer outro necessitam da base que tiveram na educação básica, e analisando o questionário, observamos que 58% dos alunos entrevistados afirmam ter tido uma boa base no educação básica enquanto que o 42% afirmam não ter tido um bom aproveitamento escolar no educação básica.

Bom! Eu acho que depende do ponto de vista que você olha, porque é como eu disse pra você, que a minha base, eu não sei se você entende como é questão de colégio do interior, eles não ligam pra nada, pra vestibular, nem pra nada, eu tive que, pronto! A minha história é assim, eu sou de Canindé de São Francisco e eu estudava em Nossa Senhora da Glória, todo o dia eu pegava um ônibus, ia e voltava, e foi assim que mesmo com toda a dificuldade eu consegui entrar na Universidade, se dependesse da escola do meu município eu não estaria aqui hoje. Aí, se não fosse as cotas pra os deficientes, não que eu esteja achando que eu gosto de ser deficiente, porque isso não é legal, então eu não gosto de ser e também, eu só quero os meus direitos, eu não gosto de ganhar vantagem porque eu tenho essa deficiência, porque isso não é legal, aí! Eu acho que se não fosse as cotas eu não estaria aqui, por conta da minha base, da escola do ensino médio e fundamental, aí eu acho que por esse lado ajudou.

E a falta dessa base eu levo o curso com muita dificuldade, principalmente que o meu curso é exatas, só entra as matérias de cálculo, e eu perdi duas matérias de cálculo por

conta de eu não ter [...] até o professor mesmo ele, depois que saiu os resultados ele, foi até aqui na biblioteca, ele teve uma conversa e disse que eu não me preocupasse como eu estava, que eu estava praticamente assim, já que o mundo ia acabar. Ele disse que não é assim, que a sua base não foi boa, ele conhece a escola, ele já foi lá então ele sabe, e realmente eu vou ter um pouco mais de dificuldade no começo do curso por conta, desse déficit da educação da minha base, porque o primeiro período das matérias é o seu ensino médio e se você não fez bem você não tem uma boa base, então você vai ter dificuldade (SANTOS, 2012, Pg 122-123, grifo nosso).

Não, não me dá base nenhuma, porque eu fiz o E.J.A. aí é muito corrido o E.J.A. aí eu to tendo agora muita dificuldade com bioquímica, e elementos da anatomia humana, aí eu to tendo muita dificuldade, principalmente com bioquímica (SANTOS, 2012, Pg 123, grifo nosso).

Rapaz não, porque a base do ensino médio é fraca pro nível superior e muito. Os professores de hoje em dia é aquele negócio, dá um dever e um exercício, dá um trabalho, já passou de ano e aqui não, aqui você tem que ralar mesmo pra tirar nota alta (SANTOS, 2012, Pg 123, grifo nosso).

Analisando o histórico escolar desses alunos podemos verificar que todos que afirmaram ter tido uma boa base, realmente tiveram um aproveitamento satisfatório como demonstram o quadro abaixo.

QUADRO 2 - Aproveitamento geral dos alunos com boa base na educação básica

ALUNO	Total de disciplinas cursadas	MPG	RM	RF	TR
Aluno 01	20	7,0	01	0	0
Aluno 02	13	8,0	0	0	0
Aluno 03	15	7,4	0	0	01
Aluno 05	11	5,9	03	03	00
Aluno 06	12	6,9	02	01	02
Aluno 08	32	7,0	02	05	0
Aluno 10	02	00	0	0	0
Aluno 13	09	6,5	04	01	0

Fonte: Dados da pesquisa

Onde MPG, significa média Ponderada geral; RM, significa reprovado por média; RF, significa reprovado por falta; TR, significa Trancamento de disciplina.

Podemos concluir com este quadro, que estes alunos estão com um aproveitamento muito bom. Pois quatro alunos tiveram média ponderada geral acima de 7,0, o que representa 50%, sendo que o aluno 10, só cursou até agora duas

disciplinas e ainda não possui média ponderal geral.

Várias são as questões que envolvem este caso, como a base que este indivíduo teve no ensino fundamental e no ensino médio, que irão dar o suporte pedagógico no curso de graduação escolhido; as limitações da deficiência que devem ser trabalhadas junto com o professor na intenção de estabelecer o potencial do discente e os recursos financeiros que exigem o curso em questão.

Na verdade o essencial seria a Instituição utilizar o Centro de Apoio a Pessoa com Deficiência, para orientar o aluno com deficiência na escolha do curso, ainda no processo do vestibular, talvez desta forma a Instituição possa colher melhores resultados através das ações afirmativas, até mesmo porque a função do Centro é dar todo o apoio, tanto ao discente quanto ao docente, para que a inclusão ocorra de fato.

Outra questão verificada diz respeito ao momento em que a pessoa se tornou deficiente, nos relatórios de entrevista verificamos que 43% dos alunos, se tornaram deficientes de forma adquirida, normalmente após o término do ensino médio, isto se confirma porque eles nem precisaram das Tecnologias Assistivas na educação básica, ou seja, estes discentes tiveram uma formação básica como à de qualquer outra pessoa e neste momento diante da situação que os comete eles necessitam de uma Universidade que promova acessibilidade.

Eu não tinha deficiência naquela época e não precisei de nenhuma tecnologia (SANTOS, 2012, Pg 123, grifo nosso).

A época ao que o aluno 05 se refere, é a época da educação básica, ele como próprio relata, só se tornou deficiente depois da conclusão do ensino médio, ao sofrer um acidente de moto, ou seja, ele neste momento necessita de acessibilidade na Instituição de Ensino Superior.

No meu caso, eu não tive uma base muito boa, fiz o supletivo, quer dizer, já entrei até com essa deficiência, até maior do que a física. E a gente vai correndo atrás, com dificuldade, mas nada que não possa ser superada (SANTOS, 2012, Pg 197, grifo nosso).

O próprio aluno mostra outra deficiência na época da educação básica que não era a física, mas a deficiência escolar, que ele, no entanto considera a sua maior deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As barreiras pedagógicas são entraves para o desenvolvimento acadêmico do aluno com deficiência e na maioria dos casos o maior fator de evasão dos discentes nas Instituições Federais de Ensino Superior, toda instituição deve se preocupar em eliminar essas barreiras e a criação de um centro de apoio ao deficiente na instituição poderá facilitar a vida tanto do professor, quanto do aluno buscando a motivação para a terminalidade do ensino.

A partir desta determinação legal, diretamente relacionada à sua autorização de funcionamento, é que muitas universidades começaram a criar ações que garantam acessibilidade em sua estrutura arquitetônica, embora, segundo dados da presente pesquisa, em uma instituição federal de ensino, revelem que o atendimento apenas à infraestrutura espacial, não conseguem minimizar a exclusão destes alunos no ensino superior. Aspectos como as condições didático pedagógica de trabalho de professores, comprometido pela falta de tecnologias de ajuda para operacionalização de um processo de aprendizagem e inclusão deste aluno de modo pleno, encontram-se entre os principais obstáculos verificados no referido estudo (MIRANDA; ROCHA, 2009, p. 30-31).

A iniciativa de implementação desses centros de apoio nas Instituições Federais de Ensino Superior, responde aos objetivos de uma prática educacional inclusiva que organiza os serviços e disponibiliza recursos e promove atividades

que irão desenvolver o potencial de todos os alunos, tornando-os atores da participação na aprendizagem, essa ação possibilita o apoio aos educadores no exercício de sua função docente, de tal forma que todos sairão ganhando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado e regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9394/1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 set. 2008. Disponível em: . Acesso em: 2 ago. 2011.

GRESSLER, L. A. **Pesquisa Educacional**. São Paulo: Editora Loyola, 1979.

MIRANDA, T. G.; ROCHA, T. B. A inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: uma análise de seu acesso e permanência. In: MIRANDA, T. G. (Org.) **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: Editora da UFBA, 2009.

MOREIRA, D. A. **O Método Fenomenológico na Pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2004.

REZENDE, A. M. **Concepção fenomenológica da Educação**. São Paulo: Ed. Cortez, 1990.

SACRISTÁN, J. G. **Diversos y también desiguales**. ¿Qué hacer em educación". Kikiriki. **Revista del Movimiento Cooperativo Escuela Popular**, Valência, 38, p. 18-25. 1995. Disponível em: . Acesso em: 4 jan. 2012.

SANTOS, ACN. **Acessibilidade da pessoa com deficiência física: O caso da Universidade Federal de Sergipe – Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2012.

SCHIRMER, R. C. *et al.* **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Física**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

YIN, R. K. **Estudo de caso: Planejamentos e Métodos**. Porto alegre: Bookman, 2010.

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2012), graduado em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1989) e membro do grupo de estudo em Educação pela UFS (Inclusão escolar da pessoa com deficiência), seguindo as linhas de pesquisa de formação de professores, educação inclusiva, acessibilidade educacional e história da educação especial.

Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2007). Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2000). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Sergipe, no curso de Pedagogia e nos Núcleos de Pós-Graduação em Educação e de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Fundamentos da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: inclusão, história da educação especial, surdez, educação, brincadeiras infantis, educação e arte, deficiência e aprendizagem da língua.